

REFORMA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA POPULACIONAL¹

Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira²

RESUMO

Com intuito de compilar informações demográficas sobre a reforma da previdência para fins didáticos este trabalho tem como objetivo principal analisar os dados populacionais brasileiros que justificam a reforma da previdência implantada no Brasil. Para isso fez-se uma investigação bibliográfica e documental que reuniu informações importantes sobre a dinâmica demográfica brasileira durante o período em que a reforma previdenciária foi instituída. Conclui-se que mesmo com o aumento da proporção de idosos em detrimento da população de crianças e jovens na população brasileira, o subaproveitamento da população em idade ativa que gera um desemprego estrutural de cerca de 11% demonstra que existem outras formas de equacionar o desequilíbrio previdenciário como a inserção desse percentual de desempregados no mercado formal.

Palavras-chave: Reforma da Previdência, Transição Demográfica, Desemprego Estrutural.

RESUMEN

Con el objetivo de recopilar información demográfica sobre la reforma de pensiones con fines docentes, el principal objetivo de este trabajo es analizar datos de la población brasileña que justifiquen la reforma de pensiones implementada en Brasil. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica y documental que recopiló información importante sobre la dinámica demográfica brasileña durante el período en que se instituyó la reforma previsional. Se concluye que incluso con el aumento de la proporción de personas mayores en detrimento de la población de niños y jóvenes en la población brasileña, la subutilización de la población en edad de trabajar, que genera un desempleo estructural de alrededor del 11%, demuestra que Hay otras formas de abordar el desequilibrio del sistema de seguridad social y la inclusión de este porcentaje de desempleados en el mercado formal.

Palabras clave: Reforma de Pensiones, Transición Demográfica, Desempleo Estructural.

INTRODUÇÃO

Durante o hiato político-governamental em que vivemos, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff que fora eleita democraticamente e retirada do seu cargo sem cometer nenhum crime durante o seu mandato, houve a incursão de propostas políticas sem apoio popular – demonstrado pelas manifestações contrárias que ocorreram na época.

¹ Trabalho preliminar resultante do projeto de pesquisa intitulado: Geografia da População na Amazônia sob coordenação do autor deste artigo.

² Doutor em Demografia. Professor de Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: rodrigolira@ufpa.br

Um dos casos mais emblemáticos foi a proposta de reforma previdenciária apresentada pelo substituto da cadeira de Dilma Rousseff após o seu impedimento de cumprir o seu mandato e seu plano de governo, o peemedebista Michel Temer.

Dentre as justificativas para a implementação desta reforma da previdência estava o déficit na seguridade e na previdência social relacionado a mudanças na composição e estrutura da população no Brasil.

De fato, a população brasileira seguia em um modesto crescimento pela natalidade e um aumento significativo de sua longevidade o que em uma primeira análise poderíamos concluir que haveria uma pressão etária dos grupos de idosos sobre os grupos de crianças. Mas será que esta mudança indicada no regime populacional brasileiro afeta a sociedade em curto e médio prazo para a necessidade da implementação rápida de uma reforma previdenciária?

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar os dados populacionais brasileiros que justificam a reforma da previdência implantada no Brasil. Para isso, buscou-se revisar o que a literatura científica relata sobre a necessidade de novas regras para a aposentadoria e se a população deve ser encarada como uma ameaça para a sociedade.

Os passos metodológicos adotados para a elaboração deste artigo seguiram uma sequência cuidadosa e detalhada. O processo teve início com uma revisão bibliográfica abrangente, alicerçada em análises de artigos acadêmicos, livros e monografias que abordam a reforma da previdência. Essa fase foi crucial para compreender as múltiplas facetas do tema, explorando-o a partir de perspectivas sociais e econômicas.

Em seguida, foi realizada uma revisão documental, focada nas propostas políticas fundamentais que embasaram a necessidade da reforma previdenciária. Essa etapa incluiu uma análise crítica da emenda constitucional que inaugurou esse novo sistema de seguridade social. Investigar esses documentos políticos foi essencial para compreender não apenas os motivos, mas também as estratégias delineadas para implementar as mudanças previdenciárias.

Outro passo crucial foi a análise de dados censitários relacionados à população brasileira durante o período da reforma previdenciária. Essa investigação estatística proporcionou uma visão detalhada das dinâmicas demográficas e dos perfis populacionais afetados pela reforma. Além disso, a exploração dos prognósticos apresentados por cientistas quanto ao futuro populacional do Brasil foi incorporada, proporcionando insights valiosos sobre as projeções e possíveis desafios que o sistema previdenciário poderia enfrentar.

A combinação desses passos metodologicamente sequenciados permitiu uma abordagem holística e fundamentada para analisar a reforma da previdência no Brasil. A integração de diferentes fontes de dados e perspectivas enriqueceu a compreensão do assunto, oferecendo um panorama sobre essa importante transformação na estrutura da seguridade social do país sob uma perspectiva populacional.

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO, COBERTURA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA NO MTCI

A partir de uma leitura fundamentada em Singer (1970), Damiani (1991), Santos e Silveira (2008) entende-se que a geografia da população pode contribuir com os estudos sobre a relação entre a reforma previdenciária e a dinâmica demográfica trazendo para o contexto explicativo a inserção do trabalhador brasileiro no Meio Técnico Científico e Informacional (MTCI), pois, as mudanças relativas a composição e estrutura da população brasileira não se desvincula do cenário aonde ela está inserida. Logo, entender a reforma previdenciária como reflexo das alterações provocadas no MTCI é fundamental.

A dinâmica da previdência social nas últimas décadas do século XX e início do século XXI revelou um descompasso entre a evolução do número de contribuintes e o crescimento da massa populacional. Enquanto o sistema de contribuições para a previdência se desenvolvia, o aumento da população não acompanhou esse ritmo, resultando em desafios significativos.

Conforme Santos e Silveira (2006), esse desequilíbrio foi exacerbado pelo aumento expressivo do desemprego e do trabalho informal. A falta de empregos formais e estáveis levou muitos indivíduos a optarem por atividades informais, muitas vezes sem contribuir para o sistema previdenciário. Isso impactou diretamente no número de contribuintes, criando lacunas na sustentabilidade do sistema de seguridade social.

Além disso, o aumento da concentração de renda também desempenhou um papel crucial nessa equação. A disparidade entre os estratos sociais resultou em uma concentração maior de recursos nas mãos de uma parcela reduzida da população. Como consequência, uma parcela significativa da população, que muitas vezes está na base da pirâmide econômica, enfrenta dificuldades para contribuir de maneira consistente para o sistema previdenciário.

Esses fatores convergentes - a discrepância entre o número de contribuintes e o crescimento populacional, o aumento do desemprego e do trabalho informal, juntamente com a crescente concentração de renda - impuseram desafios substanciais à sustentabilidade e

eficiência do sistema previdenciário. O entendimento dessas dinâmicas é crucial para delinear estratégias e políticas que possam enfrentar esses desafios e garantir a equidade e estabilidade do sistema de previdência no país.

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Equilibrar o sistema de previdência social em um país que ainda não alcançou os estágios iniciais de um Estado do Bem-Estar Social representa um desafio significativo para as políticas que almejam promover a justiça social e mitigar as desigualdades. Essa tarefa é crucial para aproveitar as oportunidades demográficas e evitar o desperdício de potencial econômico e social.

É essencial ressaltar que, embora as implicações da transição demográfica sobre o sistema previdenciário sejam perceptíveis, elas ainda não são a causa primordial da crise previdenciária. Ao contrário do cenário enfrentado por países desenvolvidos, onde o envelhecimento populacional desempenha um papel preponderante na crise previdenciária, em países ainda em estágios iniciais de desenvolvimento, as questões estruturais e a falta de um Estado do Bem-Estar Social sólido são elementos fundamentais para entender as dificuldades previdenciárias.

A busca por equidade social e redução das disparidades deve considerar não apenas os desafios demográficos, mas também as desigualdades estruturais existentes. Promover políticas que fortaleçam a base social e econômica é vital para construir um sistema previdenciário sólido e inclusivo. Isso não apenas atenderia às necessidades imediatas da população idosa, mas também estabeleceria bases sólidas para o futuro, garantindo uma segurança social abrangente e sustentável.

Equacionar o sistema de previdência social, sem que o país tenha alcançado os primeiros degraus de um Estado do Bem Estar Social, é um desafio para as políticas que visem aumentar a justiça social e reduzir as desigualdades sociais, sem as quais as oportunidades demográficas serão desperdiçadas. Deve-se sublinhar, novamente, que, apesar de as implicações da transição demográfica sobre o sistema previdenciário serem observáveis, elas ainda estão distantes de expressar uma das principais causas da sua crise, ao contrário da situação atual dos países desenvolvidos (Brito, Fausto, 2008.p.14).

Portanto, a abordagem para resolver a crise previdenciária em países em desenvolvimento deve ser multifacetada, considerando não apenas as implicações

demográficas, mas também os aspectos estruturais e a necessidade de fortalecer o Estado do Bem-Estar Social para garantir uma base sólida e justa para todos os cidadãos.

BÔNUS OU ÔNUS DEMOGRÁFICO DE UMA POPULAÇÃO CADA VEZ MAIS LONGEVA E ENVELHECIDA

Diante de acaloradas discussões políticas sobre o envelhecimento da população brasileira, alguns aspectos populacionais merecem destaque nesse debate como a diferença de uma população longeva e envelhecida assim como se a estrutura etária do Brasil representa um ônus ou bônus demográfico.

A longevidade é um termo que se refere à extensão de anos vividos por um indivíduo ao longo de sua vida ou ao número médio de anos que se espera que as pessoas de uma determinada geração vivam. Essa medida não apenas destaca a duração da vida de um indivíduo, mas também oferece uma perspectiva sobre a expectativa de vida de uma coletividade em uma determinada época.

Por outro lado, o envelhecimento populacional não está ligado especificamente a indivíduos ou a cada geração, mas sim à mudança na estrutura demográfica de uma população. Refere-se ao processo gradual pelo qual a proporção de pessoas idosas em relação à população total aumenta ao longo do tempo. Isso ocorre devido a diversos fatores, como a queda das taxas de natalidade, o aumento da expectativa de vida e mudanças nos padrões de fertilidade.

O envelhecimento da população brasileira se dará, necessariamente, a ritmo maior do que aquele ocorrido nos países do Primeiro Mundo, principalmente naqueles que iniciaram sua transição da fecundidade ainda no século XIX. Por outro lado, esses países, antes do início do processo, já conviviam com populações menos jovens, por nunca terem experimentado níveis tão altos de fecundidade quanto o Brasil (CARVALHO & GARCIA, 2003).

Essa transformação na estrutura etária de uma sociedade tem profundas repercussões em vários setores, incluindo a economia, saúde, políticas sociais e até mesmo na dinâmica familiar. O aumento da proporção de idosos em relação à população ativa, por exemplo, pode impactar o sistema previdenciário e de saúde, exigindo ajustes e planejamento cuidadoso para atender às necessidades específicas desse grupo etário.

É fundamental compreender tanto a longevidade quanto o envelhecimento populacional para desenvolver políticas e estratégias que abordem as implicações sociais, econômicas e de saúde associadas a esses fenômenos demográficos. A capacidade de adaptar-



se a essas mudanças demográficas é crucial para construir sociedades inclusivas e sustentáveis, capazes de atender às necessidades de todas as faixas etárias.

Alves (2020) analisa o envelhecimento da população brasileira que devido a transição demográfica ocorre de forma rápida e intensa.

A pirâmide etária brasileira passa por enorme transformação. Na maior parte do século passado a pirâmide tinha uma base larga e um topo muito estreito. No final do século XX e no início XXI a base da pirâmide se estreitou e houve um alargamento do meio da pirâmide. Isto quer dizer que existe atualmente uma grande proporção de pessoas em idade ativa e o Brasil vive o período conhecido como bônus demográfico, que é um momento em que a demografia dá um gás para a economia. O encorpamento do topo da pirâmide e o fim definitivo do bônus demográfico vai ocorrer, principalmente, na segunda metade do atual século (ALVES, 2020. p. 1).

Portanto, a evolução da estrutura demográfica do Brasil ao longo do tempo deriva de uma pirâmide etária com uma base ampla, indicando uma grande quantidade de jovens e uma proporção menor de idosos (topo da pirâmide) resultando em uma população com uma quantidade significativa de pessoas em idade produtiva, o que pode ser benéfico para a economia, já que esses indivíduos estão aptos a contribuir ativamente para a força de trabalho e para o crescimento econômico. Esse estágio é conhecido como "bônus demográfico".

No entanto, ao longo do século XX, houve uma redução na taxa de natalidade e um aumento na expectativa de vida, levando a uma diminuição gradual da base da pirâmide e um aumento na faixa intermediária. Em que, eventualmente, a proporção de pessoas idosas na população aumentará, enquanto a proporção de pessoas em idade ativa diminuirá. Esse processo está ligado ao encorpamento da parte superior da pirâmide e ao fim do período de bônus demográfico, previsto para a segunda metade do século atual. Esse contexto implica desafios econômicos e sociais, já que a proporção de pessoas em idade ativa diminuirá em relação à população dependente, constituída por idosos e crianças.

DESEMPREGO ESTRUTURAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO

No ano em que a reforma da previdência foi implementada no Brasil, dados do IBGE revelaram uma taxa de desemprego em torno de 11%. Essa estatística representa não apenas um número, mas a realidade enfrentada por uma parcela significativa da população, impactando diferentes grupos etários de maneiras distintas.



O desemprego tem sido particularmente desafiador para dois grupos distintos: os jovens em busca de seu primeiro emprego e os adultos com mais de 40 anos, buscando a reinserção no mercado de trabalho. Para os jovens, a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho pode representar obstáculos significativos na construção de suas carreiras, afetando não apenas sua estabilidade financeira, mas também suas perspectivas de crescimento profissional e pessoal.

Por outro lado, os adultos com mais de 40 anos enfrentam a complexidade de se reinserirem em um mercado muitas vezes voltado para perfis mais jovens. A experiência e as habilidades desses profissionais podem ser subutilizadas ou até mesmo desconsideradas, resultando em um desafio adicional para encontrar oportunidades compatíveis com sua bagagem profissional.

Essa disparidade no impacto do desemprego em diferentes faixas etárias destaca a necessidade não apenas de políticas que estimulem a geração de empregos, mas também de estratégias específicas para cada grupo. Programas de capacitação, incentivos à contratação de jovens e programas de reciclagem profissional para adultos podem ajudar a mitigar essas dificuldades e criar oportunidades mais equitativas para todos os segmentos da população afetados pelo desemprego.

Enfrentar o desafio do desemprego requer não apenas medidas imediatas para criar empregos, mas também uma abordagem holística que considere as necessidades e as diferenças entre os grupos etários afetados. Essa abordagem integrada pode contribuir significativamente para reduzir as taxas de desemprego e criar um ambiente mais inclusivo e dinâmico no mercado de trabalho.

Conforme a implementação da Emenda constitucional nº. 103 de 12 de novembro de 2019, o poder legislativo introduziu mudanças na Constituição Federal Brasileira justificado pelo déficit das contas públicas, mais especificamente pelo déficit orçamentário da previdência social resultante do sistema previdenciário utilizado.

Até então a Seguridade Social seguia o sistema de repartição que garante a aposentadoria dos trabalhadores a partir da contribuição de sua população em idade ativa (pessoas entre 14 e 65 anos) em que o número de trabalhadores ativos estaria equilibrado com o número de aposentados.

Entretanto, o processo de transição demográfica pelo qual o Brasil vem passando se tornou essencial para pensar numa reforma previdenciária (BANCO MUNDIAL, 2019).



Porém, com o aumento da expectativa de vida, o tempo de contribuição que era de 30 a 35 anos com cerca de 11% de contribuição mensal e idade mínima 60 e 65 anos mulheres e homens gerou mecanismos de aumento da dívida pública.

De acordo com Carneiro (2003), a seguridade social é superavitária:

A Constituição Federal de 1988 definiu a SEGURIDADE SOCIAL – que abrange a Saúde, a Assistência Social e a Previdência Social - como Dever de Estado e estabeleceu as fontes para o financiamento deste tripé, que se dá de forma direta e indireta por toda a sociedade, através das Contribuições Sociais a serem pagas pelas empresas (sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro), pelos empregadores domésticos, pelos trabalhadores (sobre o salário de contribuição na iniciativa privada e sobre a totalidade da remuneração no caso dos servidores públicos), além de outras receitas próprias.

Diante disso, para se verificar se o sistema é superavitário ou deficitário, deve-se comparar todas as receitas da Seguridade Social com todas as despesas da Previdência, Saúde e Assistência Social (CARNEIRO, 2003. p. 4-5)

Contudo, a transição demográfica gerou uma mudança no regime populacional brasileiro, com o aumento da longevidade e a diminuição da taxa de natalidade, o que, de fato, poderá trazer implicações importantes para a sociedade brasileira. No entanto, a necessidade de implementação rápida de uma reforma previdenciária é discutível diante do cenário atual da população brasileira.

Pois, a transição demográfica não deveria ser encarada como uma ameaça ao sistema econômico e social do país que deveria resultar em mudanças instantâneas para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro, visto que há outras medidas que poderiam ser tomadas a fim de enfrentar o problema fiscal do país como a reforma tributária e o desemprego estrutural que subaproveita a inércia demográfica gerada pelas altas taxas de fecundidade de gerações anteriores, ou seja, o bônus demográfico da população em idade ativa, filhos de gerações anteriores com elevado índices de fecundidade.

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil no ano da implementação da reforma da previdência era de cerca de 11% afetando tanto os jovens na busca por um primeiro emprego quanto a reinserção no mercado de trabalho de adultos com mais de 40 anos. Situação esta que perdura até os dias atuais.

Além do mais, a reforma previdenciária se concentra na redução de gastos públicos sem a devida preocupação em incluir medidas de combate à sonegação fiscal (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2021; IPEA, 2021) e também a corrupção incorporada nos mais diversos setores da economia brasileira.

Segundo Carneiro (2003):

Os problemas da previdência não decorrem essencialmente da demografia e nem dos benefícios concedidos. Decorrem da economia, ou seja, da combinação de desemprego, informalidade e baixo crescimento, combinados com sonegação e fraudes (CARNEIRO, 2003. p. 11).

É importante frisar que o não aproveitamento da população em idade ativa resultante da inércia demográfica no mercado de trabalho acentua ainda mais os efeitos do envelhecimento populacional na sustentabilidade do sistema previdenciária.

É crucial ressaltar que a inatividade da população em idade economicamente ativa, decorrente da inércia demográfica, tem um impacto considerável na dinâmica do mercado de trabalho, intensificando os efeitos do envelhecimento populacional sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário.

O não aproveitamento pleno da parcela da população em idade ativa agrava os desafios enfrentados pelo sistema previdenciário. Com um número menor de pessoas contribuindo para o sistema e um aumento proporcional de idosos dependendo dos benefícios previdenciários, a pressão sobre os recursos disponíveis para sustentar a previdência se torna mais significativa.

A inércia demográfica, que resulta na subutilização de uma parte da população economicamente ativa, contribui para a redução da capacidade de financiamento do sistema previdenciário. Essa dinâmica desafia a sustentabilidade do sistema, já que uma base contributiva menor precisa sustentar um contingente crescente de aposentados e beneficiários.

Para mitigar esses efeitos e promover a sustentabilidade do sistema previdenciário, estratégias que estimulem a participação ativa de mais pessoas no mercado de trabalho são essenciais. Políticas que incentivem a empregabilidade, a inclusão econômica de grupos sub-representados e a capacitação ao longo da vida podem ajudar a aumentar a base contributiva, aliviando a pressão sobre o sistema previdenciário.

Compreender e abordar o impacto da inércia demográfica no mercado de trabalho é fundamental para garantir não apenas a estabilidade do sistema previdenciário, mas também para promover uma economia mais dinâmica e inclusiva, capaz de aproveitar o potencial produtivo de toda a população em idade ativa.

A IMPORTÂNCIA DA APOSENTADORIA PARA POPULAÇÃO BRASILEIRA

As aposentadorias desempenham um papel crucial na dinâmica econômica dos idosos, representando uma fonte fundamental de renda para essa parcela da população. Para muitos

idosos, essa aposentadoria é a principal ou até mesmo a única fonte de sustento financeiro após anos de contribuição para o sistema previdenciário.

O grau de dependência dos idosos em relação à provisão de renda por parte do Estado é significativo. Muitos contam com os benefícios previdenciários como uma base crucial para garantir um padrão de vida minimamente confortável durante a terceira idade. Essa provisão estatal não apenas influencia individualmente a vida dos aposentados, mas também tem um impacto direto na estrutura das famílias, já que frequentemente corresponde a uma parcela substancial da renda familiar.

A magnitude desse impacto é evidenciada pela relação direta entre a redução ou aumento dos benefícios previdenciários e a situação financeira de uma fração significativa das famílias. Alterações nesses benefícios não afetam apenas os aposentados individualmente, mas reverberam por toda a estrutura familiar, podendo representar uma diferença substancial nos rendimentos globais de um lar.

Assim, é inegável o peso e a importância das aposentadorias não apenas para os idosos, mas também para a estabilidade e a sustentabilidade financeira de famílias inteiras. Qualquer mudança nesse sistema previdenciário exige uma análise cuidadosa e sensível, considerando não apenas os números e políticas, mas também o impacto direto que terá na qualidade de vida de uma parcela considerável da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma previdenciária é um tema complexo e controverso, que envolve uma série de fatores econômicos, sociais e políticos. As opiniões sobre a reforma previdenciária podem variar de acordo com a perspectiva de cada indivíduo ou grupo.

Alguns argumentam que a reforma previdenciária é necessária para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário e a estabilidade econômica do país a longo prazo, enquanto outros argumentam que a reforma pode ter impactos negativos sobre os trabalhadores mais vulneráveis e sobre a proteção social.

Em última análise, cabe aos especialistas em economia, políticos e à sociedade civil discutir e avaliar os prós e contras da reforma previdenciária no contexto brasileiro e decidir o que é melhor para o país e sua população.

É importante destacar que a mudança demográfica é apenas um dos fatores que afetam a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro, e que outras questões, como a gestão dos

recursos previdenciários e a qualidade do mercado de trabalho, também devem ser consideradas na análise da reforma previdenciária. Além do mais, existem outras pautas fiscais que deveriam ser mais discutidas como a taxaço de grandes fortunas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. O envelhecimento populacional compromete o crescimento econômico no Brasil? **Ecodebate**, Rio de Janeiro, p. 1 - 3, 15 mai. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Washington, DC: 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Previdência Social**: Análise do modelo de concessão, manutenção e revisão de benefícios. Brasília: Tribunal de Contas da União. Brasília, 2021.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. **Texto para Discussão / IPEA**. Rio de Janeiro; IPEA; 2002. 26 p.

CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli. **Mentiras e verdades sobre a “Reforma da Previdência”**. Auditoria Cidadã da Dívida. Belo Horizonte, Minas Gerais. 01 jan. 2003. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Mentiras-e-Verdades-sobre-a-Reforma-da-Previdencia.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CARVALHO, J. A. M. & GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai-jun, 2003

DAMIANI, Amelia Luisa. **População e Geografia**. 9ª. ed. . v. 1. Ed. Contexto. São Paulo, 1991. 106p .

IPEA. **Mudança Demográfica no Brasil**: Implicações para as políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo, CEBRAP, 1970.